

CAMPINAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO (1929-1945)

Arthur Prando do Prado (PIBIC/CNPQ) e-mail: arthur_pprado@yahoo.com.br

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (orientadora)

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH-UNICAMP

Introdução

Esta pesquisa teve como ponto de partida a inquietação sobre o problema de viver nas grandes cidades. O que está em questão, portanto, é a relação que historicamente se estabelece entre as pessoas e o espaço, entendendo a cidade como intermediador das relações sociais ao mesmo tempo em que é objeto de intervenção por parte dos diversos sujeitos que nela atuam. Mais especificamente, a pesquisa trata da cidade moderna, capitalista e industrial, cujo desenvolvimento envolve a participação direta da prática do urbanismo, que legitimado pelo discurso técnico, autoriza a decomposição de lugares tradicionais e das práticas a eles associadas. Nesse sentido é importante compreender o urbanismo como um saber cuja pretensão principal é a organização científica da cidade, de modo a viabilizar o uso racional de seus espaços.

Pensando nestes termos, parece interessante abordar a urbanização campineira enfatizando o momento em que, a partir de 1929, sob a prefeitura de Orosimbo Maia, o debate sobre a necessidade de um plano de urbanismo para a cidade tornou-se mais intenso, e desenrolou-se até a formulação de um Plano de Melhoramentos Urbanos. Foi contratado Anhaia Melo para estudar o plano. Sua preocupação principal era a necessidade de controlar e ordenar o crescimento urbano motivado pela especulação imobiliária dos anos 1920, que ampliou sem planejamento a área urbana edificável, provocando o surgimento de novos bairros. Além disso, havia uma grande preocupação com a adução de água, com o saneamento e a higiene, de modo geral. O orgulho da elite campineira não superara de todo o trauma das epidemias de febre amarela do século XIX, de modo que o sentimento de bairrismo, ofendido motivou a iniciativa de tornar Campinas uma cidade definitivamente saudável. Em 1934, Preste Maia foi incumbido da tarefa de elaborar para Campinas o plano de urbanismo, pensado como passo indispensável para o desenvolvimento e o progresso da cidade. Ainda que desde meados do século XIX, sobretudo devido às epidemias de febre amarela, as medidas de intervenção sobre o espaço urbano já partissem de uma racionalidade normatizadora dos espaços, sua aplicação era realizada por meio de posturas municipais pontuais, marcadas principalmente pelo saber sanitário. É sobretudo a partir dos anos 1930 que o plano de urbanismo implicou a compreensão da totalidade dos espaços, de modo que a legislação sobre seus usos, a delimitação do perímetro urbano, a circulação, o setor de água e esgoto, a instalação de iluminação pública e a coleta de lixo, etc. não poderiam ser tratados mais como problemas isolados.

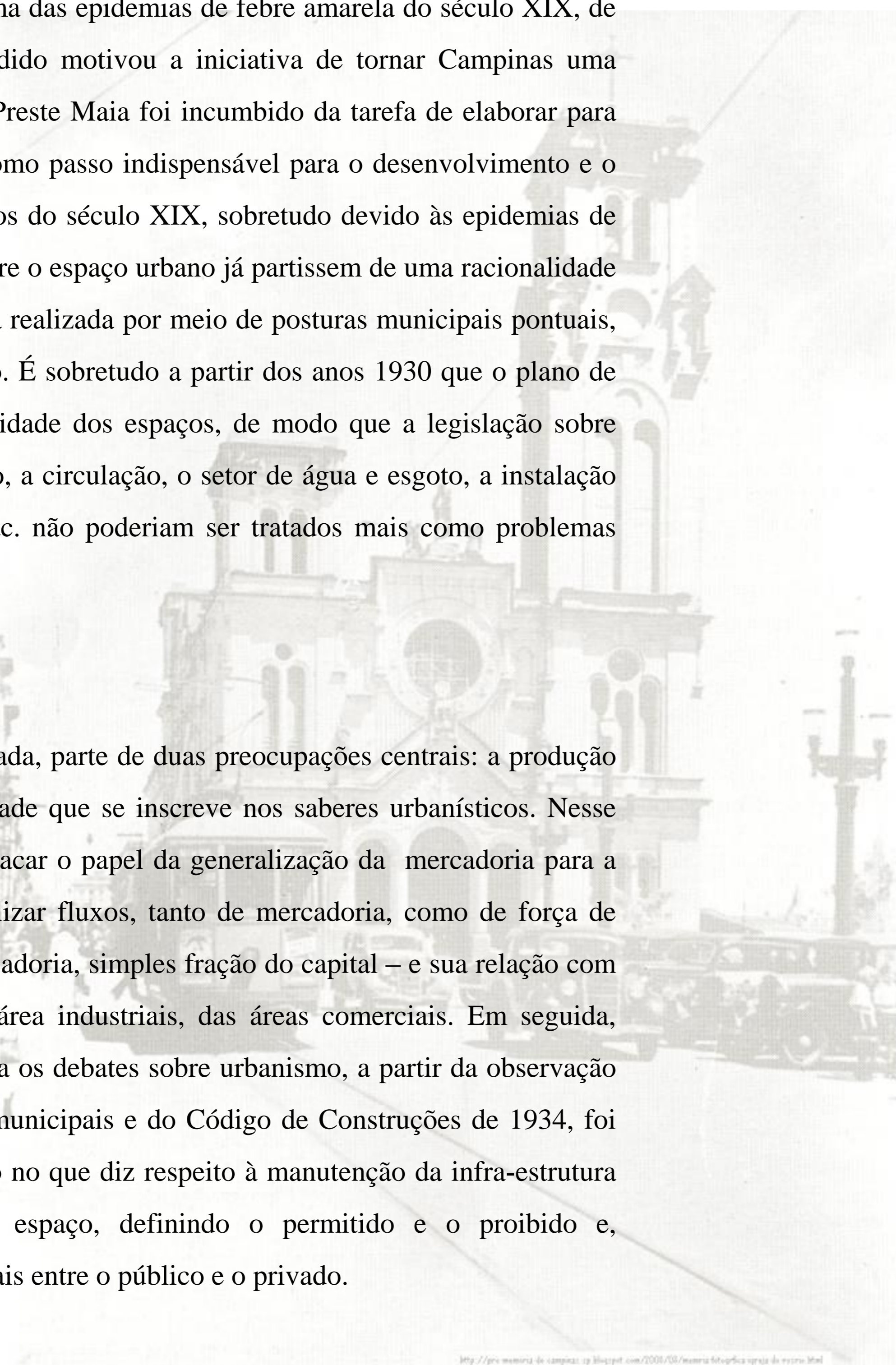
Metodologia

O olhar a partir do qual a pesquisa foi realizada, parte de duas preocupações centrais: a produção capitalista do espaço e o tipo de racionalidade que se inscreve nos saberes urbanísticos. Nesse sentido, em primeiro lugar é importante destacar o papel da generalização da mercadoria para a configuração de uma cidade capaz de viabilizar fluxos, tanto de mercadoria, como de força de trabalho – esta também entendida como mercadoria, simples fração do capital – e sua relação com a localização dos bairros residenciais, das áreas industriais, das áreas comerciais. Em seguida, quanto à questão da racionalidade que orienta os debates sobre urbanismo, a partir da observação da documentação, sobretudo dos relatórios municipais e do Código de Construções de 1934, foi possível verificar a atuação do poder público no que diz respeito à manutenção da infra-estrutura urbana e à legislação sobre os usos do espaço, definindo o permitido e o proibido e, conseqüentemente, alguns limites fundamentais entre o público e o privado.

O procedimento metodológico utilizado, portanto, partiu da intenção de desenvolver certas inquietações teóricas, tendo o cuidado de privilegiar a especificidade histórica do recorte escolhido, pela ênfase na pesquisa empírica, ou seja, pela leitura dos documentos.



Teatro Municipal de Campinas



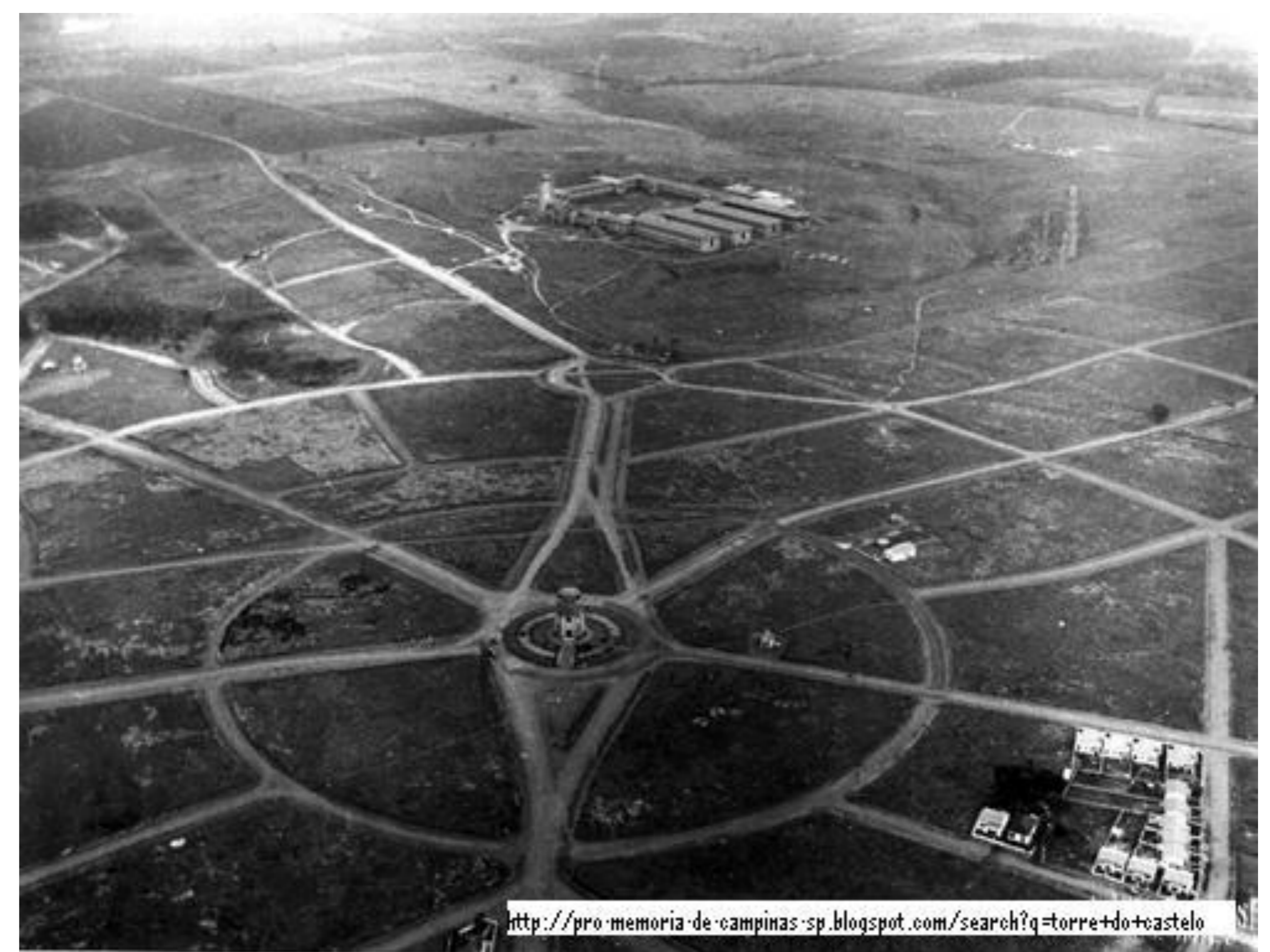
Igreja do Rosário

Resultados e Discussões

A leitura dos relatórios municipais permitiu o acesso a certos registros que demonstram a capacidade de inserção das deliberações municipais, direta ou indiretamente, no próprio nível cotidiano da vida das pessoas. Com isso percebe-se a natureza da ação do urbanismo e do poder público a ele aliado, que é preciso analisar para além da política e da economia como esferas autônomas. Na verdade, evidencia-se uma questão mais complexa no nível das relações sociais. Em outras fontes, documentos de desapropriação, aparece o embate entre o poder público e proprietários urbanos relativamente abastados. Neste ponto de tensão, nota-se a fluidez das relações, tendo como critério interesses específicos que colocam em conflito, pelo menos parciais, partes consideradas a priori como associadas ao mesmo lado do poder.

Conclusões

A partir da análise dos Relatórios dos trabalhos municipais e do Código de Construções de 1934, foi possível concluir, em linhas gerais, que tais documentos são discursos, determinações baseadas em um certo ideal de cidade, em uma visão de mundo própria às classes dominantes de Campinas, colocadas como normas necessárias e indispensáveis para a vida da totalidade da população urbana. O que daí se segue é o entendimento do plano de urbanismo como um instrumento legal para o controle e disciplina das classes trabalhadoras e dos excluídos. Entretanto, permanece o incômodo de que, na continuidade desta pesquisa, em ocasiões futuras, seja necessário desfazer ou ao menos relativizar a identidade entre classes dominantes e Estado, que por vezes parece estar sugerida. É preciso encontrar o ponto até o qual o Estado – que, aliás, é o Estado governado por Vargas – é mero instrumento da classe dominante. Obviamente, neste ponto, será necessário, também, repensar o uso de “classes dominantes” como categoria rígida e homogênea.



Região da Torre do Castelo

Bibliografia

- BADARÓ, Ricardo de Souza. *Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962), Dissertação de Mestrado em Arquitetura – USP, São Paulo, 1986*
- CARPINTEIRO, Antônio Carlos Cabral. *Momento de Ruptura, CMU-UNICAMP, Campinas, 1996*
- CARVALHO, Edemir de. *Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas. 1870-1956. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais –IFCH/UNICAMP, 1991, Campinas*
- ENGELS, Friederich, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, São Paulo, Boitempo, 2008*
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade, São Paulo, Centauro, 2009, 5ª Ed*
- SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das Origens ao Futuro, Editora da Unicamp, Campinas, 2002*